



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

09 de novembro de 2018

Diário Catarinense
Capa e Política

“Bancada de SC mira estatuto do desarmamento”

Bancada de SC mira estatuto do desarmamento / Câmara dos Deputados / Senado / Armas de fogo / Estatuto do desarmamento / Santa Catarina / Rogério Peninha Mendonça / Projeto de Lei 3.722 2012 / Polícia Federal / PF / Polícia Civil / Posse de arma / Porte de arma / Atlas da Violência / Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas / Ipea / Fórum Brasileiro de Segurança Pública / Mortes / Brasil / Homicídios / Autodefesa / Instituto Sou da Paz / Bruno Langeani / Revólver / Gerson Camata / Lei 10.826 2003 / Professor / Universidade Federal de Santa Catarina / Horácio Wanderley Rodrigues

PERFIL DO PARLAMENTO

Maioria da bancada de SC é a favor de mudanças sobre desarmamento

Pelo menos nove dos 16 deputados federais da futura legislatura e dois dos três senadores que assumem em janeiro concordam com a flexibilização do estatuto, que é restritivo e hoje proíbe o porte de armas. [Páginas 6 e 7](#)

POLÍTICA

BANCADA DE SC MIRA ESTATUTO DO DESARMAMENTO

MAIORIA DOS DEPUTADOS FEDERAIS e senadores eleitos pelo Estado para assumir mandato em 2019 é a favor de mudanças para flexibilizar posse e porte de armas. Posição vai na contramão de pesquisas de opinião pública e de relatório sobre violência no país

SAMUEL NUNES
samuel.nunes@somosnsc.com.br

A maioria da bancada catarinense eleita neste ano para Câmara dos Deputados e Senado é a favor da flexibilização das regras para concessão de posse e porte de armas de fogo à população. A reportagem procurou os 16 deputados e três senadores que estarão no Congresso a partir de 2019. Dos 13 parlamentares que responderam, 11 manifestam interesse em promover mudanças no Estatuto do Desarmamento. Os deputados Celso Maldaner (MDB) e Ângela Amin (PP) preferiram não antecipar um posicionamento (confira na página ao lado o que eles disseram).

O tema voltou à tona com a ascensão de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República. Durante a campanha e pela maior parte da vida pública, o capitão reformado do Exército se colocou favorável à liberação das armas para o que ele considera como "cidadão de bem". Há expectativa de que a flexibilização e até a revogação do Estatuto do Desarmamento sejam aprovadas durante a gestão dele, a partir de 1º de janeiro.

A ideia, porém, pode esbarrar na opinião pública. Uma pesquisa divulgada pelo Datafolha em 27 de outubro mostra que 55% da população brasileira acredita que a posse de armas deva ser proibida, pois representa uma ameaça à vida das pessoas. Para outros 41%, possuir uma arma deveria ser um direito do cidadão para se defender. Os 4% restantes não opinaram.

Além dessa pesquisa, o Senado abriu uma consulta pública online para saber se a população seria a favor de um plebiscito para discutir a revogação do Estatuto do Desarmamento. Entre as mais de 1,6 milhão de respostas até ontem à tarde, 56,6% eram contrárias.

Em Santa Catarina, o tema sempre esteve presente. Várias propostas em discussão na Câmara dos Deputados foram apresentadas por parlamentares eleitos pelo Estado. Um deles, pronto para ir ao Plenário, é de autoria do deputado federal Rogério Peninha Mendonça (MDB). O projeto de lei 3.722/2012 visa a flexibilizar pontos do atual Estatuto do Desarmamento.

A proposta, inclusive, estava prestes a ser votada ainda neste ano. No entanto, conforme Peninha, a votação deve ser adiada até que os novos deputados assumam, em 2019. Segundo ele, a expectativa é que a próxima legislatura traga parlamentares de cunho mais conservador, que estariam dispostos a aprovar a matéria sem possíveis modificações.

O QUE A PROPOSTA PRETENDE MUDAR

Atualmente, quem tem autorização para posse de arma de fogo pode manter o armamento exclusivamente no interior de casa ou no seu local de trabalho, por exemplo. O porte, por sua vez, pressupõe autorização para circular com a arma na rua. É mais comum, por exemplo, entre profissionais da área de segurança. Caso o PL 3.722/2012 seja aprovado e vire lei – ainda precisaria da aprovação do Senado e da sanção do presidente –, haveria mudanças na liberação para esses dois tipos de permissões.

Pela legislação atual, quem deseja ter posse de uma arma precisa pagar uma série de taxas, passar por curso de formação, testes psicológicos, comprovar endereço e emprego fixos e, principalmente, provar a necessidade de andar com uma arma. Nesse último ponto, a decisão sobre quem pode ou não ter uma arma fica atualmente a cargo da Polícia Federal (PF).

Uma das mudanças propostas por Peninha é justamente sobre essa decisão final da PF. O deputado acredita que, após pagar as taxas, fazer o curso e realizar os exames técnico e psicológico, a pessoa já deveria ter o acesso às armas sem passar por esse crivo, tal como acontece com a Carteira Nacional de Habilitação, por exemplo. Além da PF, a Polícia Civil também passaria a expedir o certificado de registro.

O deputado destaca, porém, que o cidadão precisará primeiro conseguir o direito à posse legal, ou seja, poder comprar o armamento registrado. Só depois de três anos com a arma em casa a pessoa poderá pedir o porte.

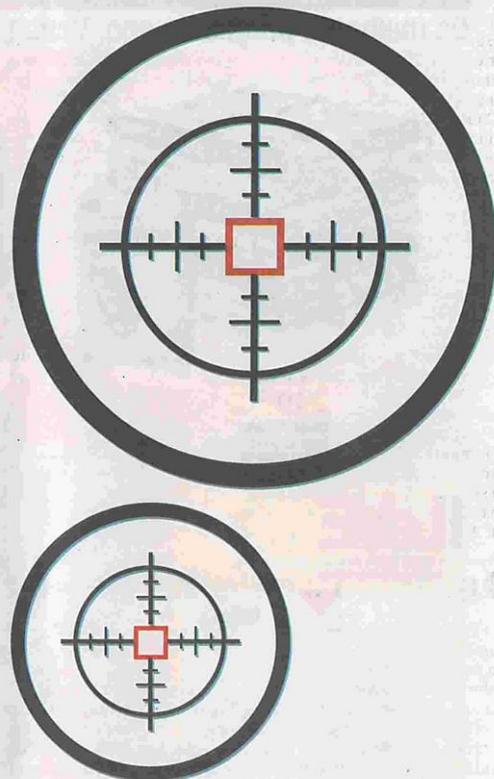
– Ele (cidadão) tem que ter um treinamento que será muito parecido com o de um policial – afirma o deputado emedebista, que foi reeleito.

O prazo para autorização de compra passaria de 30 dias úteis para apenas 72 horas. Outra alteração proposta é a redução da idade mínima do requerente da posse: de 25 anos para 21 anos.

Peninha também quer facilitar o porte de armas para agricultores. De acordo com ele, a modalidade para quem mora no campo passaria a ser diferente em relação a quem mora nas cidades. Na área rural, seria possível circular pela propriedade com a arma em punho, e não apenas dentro da residência, como ocorre atualmente – nas cidades também é assim.

A deputada federal reeleita Carmen Zanotto (PPS) diz que acompanhou a tramitação do projeto de lei de Peninha. Ela defende a flexibilização do Estatuto do Desarmamento, mas afirma que é preciso ampliar o debate devido ao clima de intolerância que o país vive:

– Acho que liberar geral pode ser perigoso. Nós estamos muito intolerantes. Por outro lado, precisamos garantir a segurança da população.



ENTENDA A DIFERENÇA ENTRE POSSE E PORTE DE ARMA



Posse – É o direito de se comprar uma arma para se ter em casa ou em ambientes fechados (de trabalho, por exemplo). Não se trata de poder andar armado nas ruas.

Porte – É o direito de se andar armado nas ruas. Atualmente, ele é restrito pelo Estatuto do Desarmamento. Via de regra, quem pode andar armado são aqueles que trabalham nas forças de segurança. Há também casos especiais, como moradores de áreas rurais que usam a caça como meio de subsistência e pessoas que comprovem a necessidade funcional, como agentes de segurança particular. Fora essas situações, o cidadão que deseja andar armado precisa comprovar a necessidade junto à Polícia Federal, levando em conta critérios como situações de risco à própria vida.

Lei estabilizou índice de mortes por armas de fogo, diz pesquisa

Além das pesquisas de opinião pública, que apontam aversão da maioria dos cidadãos quanto à liberação do porte de armas, o Atlas da Violência, divulgado neste ano pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que o Estatuto do Desarmamento foi responsável por estabilizar a curva de crescimento de mortes relacionadas a crimes com armas de fogo.

Conforme o estudo, apesar de o número de homicídios seguir crescendo no Brasil, a taxa poderia ter sido ainda maior se não houvesse essa legislação. "Enquanto no começo da década de 1980 a proporção de homicídios com o uso da arma de fogo girava em torno de 40%, esse índice cresceu ininterruptamente até 2003, quando atingiu o patamar de 71,1%, ficando estável até 2016. Naturalmente, outros fatores têm que ser atacados para garantir um país com menos violência, porém, o controle da arma de fogo é central", diz trecho do Atlas.

O deputado Peninha (MDB), contudo, acredita que facilitar o acesso das pessoas às armas não deve alterar os índices de violência. Ao contrário, ele pensa que

armar as pessoas garante o direito à autodefesa. Para o parlamentar, quem possui armas legais, em geral, não comete crimes violentos.

Por outro lado, o gerente do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, diz que a eventual flexibilização do Estatuto do Desarmamento tende a provocar mais mortes. Para ele, andar nas ruas com mais pessoas armadas causa até mesmo uma sensação maior de insegurança para as pessoas que não estiverem com um revólver na mão.

– Mesmo que a pessoa não tenha interesse no assunto, são coisas que afetam todo mundo. Você pode se tornar uma vítima mesmo tendo optado por não ter arma ou reagir a um assalto – argumenta.

Langeani entende que, por hábitos culturais, como a caça, o debate está mais próximo dos parlamentares e da população catarinenses. Entretanto, afirma que os legisladores precisam ter acesso a mais dados científicos antes de tomar um posicionamento sobre o tema:

– Há muito desconhecimento sobre o Estatuto de Desarmamento. Foi o estatuto que aumentou a pena para porte ilegal de armas, que criou o crime de tráfico internacional armamentista.

O que diz a legislação vigente

O Estatuto do Desarmamento é uma lei que surgiu a partir de um projeto de 1999, do então senador Gerson Camata, do Espírito Santo. O texto, que originou a Lei 10.826/03, restringe o porte de armas nas ruas apenas a autoridades de segurança. A matéria passou sem dificuldades pelo Congresso, em votações simbólicas. Naquela época, nenhum dos parlamentares eleitos por SC em 2018 estava presente nas sessões que deliberaram o tema na Câmara e no Senado, embora alguns já participassem da vida pública.

A lei deixou mais rigorosa a liberação de autorizações para a posse e, principalmente, para o porte das armas de fogo, ou seja, o direito de andar armado nas ruas. Desde que foi sancionada, ela restringiu o porte apenas para militares, agentes da segurança pública, integrantes do Judiciário e funcionários de empresas de segurança, quando estão em serviço. Também há a liberação para pessoas que moram em áreas rurais e que necessitam da caça para subsistência.

Qualquer outro cidadão precisa comprovar a necessidade de andar armado, seguindo critérios que consideram, por exemplo, a

ameaça à vida de quem deseja obter o certificado de porte.

Dois anos depois de o estatuto entrar em vigor, a população participou de um referendo para tratar de um ponto específico da legislação. Em 2005, os brasileiros foram às urnas para responder à uma pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". Na época, 64% da população foram contrários à proibição da venda. Em Santa Catarina, 73% foram a favor da venda das armas. O resultado desse referendo é usado comumente para justificar o posicionamento a favor do porte de armas. Isso, no entanto, pode ser um equívoco, pois a consulta popular não falava especificamente sobre isso. A restrição ao porte jamais foi discutida diretamente pela população.

O professor de direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Horácio Wanderley Rodrigues, explica que uma eventual mudança da lei não precisa passar pelo crivo da população, cabendo apenas aos deputados e senadores decidirem entre si:

– É uma opção do Congresso escutar a sociedade. Isso não é obrigatório nesse tipo de matéria.

VOCÊ É A FAVOR DE FLEXIBILIZAR O ESTATUTO?

Confira a opinião dos parlamentares eleitos por Santa Catarina em relação a mudanças na regulamentação de posse e porte de arma:

DEPUTADOS FEDERAIS

Ângela Amin (PP)	Não opinou	A deputada eleita preferiu não se manifestar por não ter conhecimento da matéria.
Carlos Chiodini (MDB)	Favorável ✓	"Sou a favor da discussão do tema e da regulamentação por lei: da venda, porte e posse de armas".
Carmen Zanotto (PPS)	Favorável ✓	"O Estatuto do Desarmamento não pode ser apenas revogado. Podemos discutir e flexibilizar com a liberação para alguns casos, como, por exemplo, nas comunidades isoladas que ficam no interior dos municípios".
Celso Maldaner (MDB)	Não opinou	"Precisamos avaliar os números em relação à lei aprovada (homicídios, ferimentos a bala etc) e a burocracia e os valores para que o cidadão tenha a posse da arma. Mesmo assim, vejo que este não seja o principal assunto a debatermos nesse novo início de governo".
Daniel Freitas (PSL)	Favorável ✓	"Sou e serei a favor da revogação da Lei (Estatuto do Desarmamento), pois acredito que o novo projeto permite ao cidadão o acesso à sua própria defesa e de sua família. Além disso, possibilita ao Estado controlar fabricação, comercialização e circulação de armas, com a vantagem de monitorar a utilização ou uso irregular".
Darci de Matos (PSD)	Favorável ✓	"Serei a favor da revogação do Estatuto do Desarmamento. O cidadão de bem tem que ter o direito de se defender. Precisamos discutir e elencar alguns ajustes pontuais, entre eles, a necessidade de se verificar antecedentes criminais".
Gilson Marques (Novo)	Favorável ✓	"Votarei a favor da revogação. O cidadão honesto não pode ser privado do seu direito à legítima defesa. O referido estatuto, infelizmente, acabou desarmando apenas quem já cumpre as leis".
Hélio Costa (PRB)	Favorável ✓	"O cidadão deve ter a opção de poder comprar uma arma de fogo sem toda a burocracia que existe. É um trabalho enorme conseguir a licença para comprar um revólver .38, e é apenas para tiro esportivo ou para colecionar".
Ricardo Guidi (PSD)	Favorável ✓	"O cidadão deve ter o direito à legítima defesa, não podemos mais viver com medo de bandido".
Rodrigo Coelho (PSC)	Favorável ✓	"Votarei a favor da revogação do Estatuto do Desarmamento porque é preciso assegurar às pessoas de bem o direito à legítima defesa".
Rogério Peninha Mendonça (MDB)	Favorável ✓	O deputado é autor do PL 3.722/2012, que visa a flexibilizar pontos do atual Estatuto do Desarmamento.

SENADORES

Esperidião Amin (PP)	Favorável ✓	"Sou a favor da flexibilização da posse (propriedade) de arma (máximo de duas)".
Jorginho Mello (PR)	Favorável ✓	"Sou a favor do direito de a pessoa ter o porte de armas para sua proteção a partir do cumprimento de uma série de requisitos, como para a proteção de seu domicílio e agricultores que moram em zonas rurais e ficam distantes do policiamento".

*Os deputados federais Caroline de Toni (PSL), Fábio Schiochet (PSL), Coronel Armando (PSL), Pedro Uczai (PT) e Geovânia de Sá (PSDB), e o senador Dário Berger (MDB) foram procurados, mas não responderam as perguntas.

Diário Catarinense
Capa e Política

“O homem forte de Moisés na troca de governo em SC”

O homem forte de Moisés na troca de governo em SC / Luiz Felipe Ferreira /
Operação Ouvidos Moucos / UFSC / Carlos Moisés da Silva / Transição /
Polícia Federal / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Taísa Dias / Ensino
a distância / PF / Estágio probatório / Nelson Napp / Chefe do
Departamento de Ciências Contábeis / Colegiado do Curso de Administração
/ Mestrado em Administração / Programa de Pós-Graduação em Engenharia
Ambiental / Professor



O homem forte de Moisés na troca de governo em SC

ESCOLHIDO PARA COORDENAR a transição, Luiz Felipe Ferreira foi um dos citados como testemunha da Operação Ouvidos Moucos, na UFSC

TALITA ROSA

talita.rosa@somosnsc.com.br

Luiz Felipe Ferreira, escolhido pelo governador eleito, Carlos Moisés da Silva, para coordenar a transição de governo, é citado dezenas de vezes nas 817 páginas de inquérito produzidas pela Polícia Federal na Operação Ouvidos Moucos. De acordo com os depoimentos e conversas transcritas, o então coordenador do Ensino a Distância de Ciências Contábeis e chefe do departamento teria atuado como mediador do conflito que resultou em uma grande operação policial na UFSC. Ferreira teria auxiliado o reitor Luiz Carlos Cancellier a tirar do cargo a professora Taísa Dias e os coordenadores de ensino a distância denunciados por ela em função de supostas irregularidades na área.

Cancellier foi preso em 14 de setembro de 2017, solto em 24 horas, e matou-se em um shopping da Capital três semanas depois.

Entre as citações no inquérito da PF, está a conversa que Ferreira manteve com Cancellier em março do ano passado. Em mensagens de texto, ele informa que conseguiu a saída de Taísa da coordenação do ensino à distância em troca da mudança de avaliador no estágio probatório dela. E acrescenta:

— Agradeço a confiança na condução desse processo.

Ao que Cancellier responde:

— Você é o nosso chefe. Tenho certeza que o processo será concluído a bom termo.

Ferreira foi um dos convocados pela PF a depor, mas não está entre os 23 indiciados. No relató-

rio, o delegado responsável, Nelson Napp, afirma que o depoimento “foi bastante esclarecedor quanto aos fatos, a estrutura e o movimento político na instituição, eis que foi chefe do Departamento de Ciências Contábeis entre 01/09/2012 até 31/08/2017, ratificando as declarações (em depoimento) da professora Taísa Dias.” Assim que identificou as supostas irregularidades, a então coordenadora do ensino a distância encontrou respaldo em Ferreira e contou com sua presença em dois momentos-chaves do suposto esquema: ao abrir as denúncias na reunião do colegiado do Curso de Administração e ao apresentar as mesmas denúncias a Cancellier, em 2016.

Nessa reunião, entre o reitor, Taísa e Ferreira, Cancellier teria pedido à coordenadora que “guardasse a pastinha”. A Polícia Federal usou essa declaração de Taísa para sustentar o pedido de prisão do reitor. Chefe do departamento de Ciências Contábeis nos últimos cinco anos, Ferreira mantinha estreita ligação com o reitor da UFSC à época da Operação Ouvidos Moucos. De acordo com o inquérito, em pelo menos duas oportunidades ele esteve com Cancellier em reuniões a portas fechadas para tentar estancar as denúncias de irregularidades: quando Cancellier sondou o interesse de uma professora para substituir Taísa no cargo e quando o então reitor teria dito não ser interesse naquele momento atu-



Luiz Felipe

TRAJETÓRIA

A carreira de Luiz Felipe Ferreira na UFSC tem quase duas décadas. Nos anos 2000, ele concluiu o mestrado em Administração na universidade e, dez anos depois, obteve o título de doutor no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Tornou-se professor da UFSC em 2005, passando pelos cargos de Chefe de Departamento no Curso de Ciências Contábeis e Coordenador do mesmo curso no Ensino a Distância. Luiz Felipe Ferreira deixou esses cargos no ano passado mas segue como professor adjunto, com dedicação exclusiva de 40 horas semanais.

CONTRAPONTO

Luiz Felipe Ferreira destacou que foi incluído no inquérito como testemunha, não como suspeito, e prestou depoimento esclarecedor. Sobre os trechos do inquérito que o relacionam com Cancellier, informou não ter nada a declarar. Procurado pela reportagem, disse ainda que está à disposição para falar da transição do governo, não sobre a Operação Ouvidos Moucos.

ar para esclarecer as suspeitas envolvendo a gestão do ensino a distância. Apesar da proximidade com o então reitor e com os outros coordenadores de curso, e de também atuar na coordenação do Ensino a Distância, Ferreira não foi listado pela Polícia Federal como um dos seis profissionais a acumularem 43% de toda a verba destinada ao setor entre 2008 e 2016.

Diário Catarinense Capa e Cidadania "Aplicativo auxilia nas reclamações"

Aplicativo auxilia nas reclamações / Denúncia / Celular / Florianópolis / Plataforma ParticipACT / Universidade Estadual de Santa Catarina / Udesc / Parceria / UFSC / Universidade de Bologna / Itália / Cidades inteligentes / Gabriela Botelho Mager / Comcap / Celesc / Casan / Big data / Carlos De Rolt / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Capes / Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de SC / FAPESC

CIDADANIA
APLICATIVO AJUDA A RELATAR PROBLEMAS PÚBLICOS DA CIDADE
Udesc desenvolve programa que auxilia moradores
Página 11

SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2018

DIÁRIO CATARINENSE 11

CIDADANIA

Aplicativo auxilia nas reclamações

APÓS NOTAR UM PROBLEMA PÚBLICO, a pessoa pode fazer a denúncia pelo próprio celular

MARCUS BRUNO
marcus.bruno@somosnsc.com.br

"Aqui no bairro José Mendes, ao lado do Centro de Florianópolis, estão despejando esgoto direto no mar, prejudicando os pescadores. Traz lixo, mau cheiro e doenças. Um conhecido já foi diagnosticado com Hepatite A ao entrar em contato com a água". "Bueiro entupido na rodovia João Paulo, esquina com Desembargador Alves Pedrosa. Isso já está assim há anos".

Esses são alguns dos relatos anônimos feitos por moradores de Florianópolis na plataforma ParticipACT, um aplicativo desenvolvido pela Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) em parceria com a UFSC e a Universidade de Bologna. Na Itália, o projeto já existe desde 2012, e

há um mês está em fase de testes no Estado.

O objetivo é permitir que os cidadãos registrem todos os problemas relacionados às áreas de transporte e mobilidade, segurança, acessibilidade, meio ambiente, infraestrutura, social entre outros, ajudando a fazer uma gestão mais eficiente.

– Muitas cidades no mundo estão se voltando para a lógica das cidades inteligentes. Esse é um primeiro passo para que a cidade faça seu autogerenciamento, que tanto população quanto os gestores possam fazer sua parte juntos – explica a professora Gabriela Botelho Mager, uma das pesquisadoras do projeto na área de design.

Os desenvolvedores do ParticipACT já estão fechando parcerias com órgãos públicos. A Comcap e a Celesc, por exemplo, já estão



DIAGRAMA: INOVATION

App mostra um mapa interativo onde os moradores denunciam os problemas da cidade

COMO FUNCIONA

- Depois de instalar o app (pela Google Play ou App Store), o usuário pode registrar os problemas da cidade, apontando no mapa o local da ocorrência e descrevendo em texto, áudio ou vídeo. Os registros serão vistos no mapa do aplicativo e no portal www.participact.com.br.
- Com a análise dos dados será possível conhecer os pontos de concentração e as rotas de deslocamento das pessoas nos períodos do dia e da semana, identificando grupos com hábitos de mobilidade semelhantes – explica o professor Carlos De Rolt, coordenador do projeto.
- Carlos pretende formar uma comunidade virtual de cidadãos preocupados em melhorar a vida na cidade, usando o poder da tecnologia. O professor salienta que, diferente das demais redes sociais, o ParticipACT pertence aos próprios usuários, já que o desenvolvimento da plataforma virá de uma cooperação entre universidades, empresa e cidadãos.
- O ParticipACT tem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de SC (Fapesq).

fazendo o uso dos dados da plataforma. A meta é que toda entrada de novas demandas vá direto para esses órgãos competentes. Nenhuma demanda já foi solucionada, mas ainda é cedo. Faltam muitas entidades, como a Casan, por exemplo, já que uma das principais reclamações é sobre o esgoto.

A longo prazo, o aplicativo pretende gerar um big data (grande conjunto de dados) de orga-

nizações públicas e privadas. Por enquanto, a maioria dos usuários são da comunidade acadêmica da Udesc, mas todo mundo pode usá-lo.

– Então nós precisamos que as pessoas se mobilizem a colocar dados na plataforma. Porque os gestores não tem como estar olhando cada rua, cada calçada, então é um canal de comunicação que está se abrindo.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Udesc recebe primeiro Congresso de Administração Tributária](#)
[Polícias e órgãos públicos fazem operação em bares do entorno da UFSC](#)

[Em busca de imóvel para nova sede em Blumenau, UFSC vai ouvir propostas de proprietários](#)

[O homem forte de Moisés na troca de governo em Santa Catarina](#)

[DOT digital group, de Florianópolis a Xangai para conquistar o mundo com tecnologia de ponta](#)

[Concidades apresenta relatório parcial sobre Planos Diretores dos municípios catarinenses](#)

[Schützenfest, espetáculos e shows nacionais; veja a agenda cultural do fim de semana em SC](#)

[9 de novembro de 2018 Editor Geral](#)

[Engenharia Aeroespacial: o que você precisa saber](#)

[Estatuto do Desarmamento estabilizou índices de violência, diz estudo](#)

[Homem encontrado dentro de lixeira é a 110ª morte violenta em Florianópolis em 2018](#)

[Como usar a nota do Enem pra ingressar na faculdade](#)